

AS PRINCIPAIS FALHAS NA ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS PARA POSTERIOR LEVANTAMENTO DE VERBA PÚBLICA: UM ESTUDO NO TERCEIRO SETOR

Ihan Gabriel Augusto Faria¹

Rodrigo Jussi Lopes²

RESUMO

Entidades do terceiro setor estão crescendo gradativamente por desempenhar papel fundamental para a sociedade. O governo tem se tornado aliado dessas entidades através da liberação de verba pública para que a mesma possa se manter ativa. Em contrapartida, a contabilidade da mesma deve se manter correta e transparente para que tal verba não seja vetada. Desta forma, a contabilidade tem se tornado essencial para essas entidades. O objetivo principal desse estudo foi verificar quais as principais falhas na elaboração de demonstrativos contábeis direcionados ao levantamento de verbas públicas, considerando o contexto contábil de empresas que atuam no Terceiro Setor. A metodologia utilizada foi qualitativa e exploratória, mediante um estudo de campo, sendo a coleta de dados realizada através de dois questionários semiestruturados, uma direcionada para o representante do órgão público e outro para o gestor da entidade campo de estudo. Dentre os principais resultados verificou-se que as principais falhas nos demonstrativos estão associadas à classificação incorreta de receitas e despesas, falta de conhecimento para com a legislação vigente e falta de coerência com o plano de contas. Concluiu-se que a contratação de pessoal especializado, bem como capacitação da mão de obra já existente, representam alternativas para amenizar as falhas evidenciadas.

Palavras-chave: Terceiro setor. Levantamento de verbas. Demonstrativos contábeis. Falhas.

¹ Discente do Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro–SP. E-mail: ihanfaria@gmail.com

² Graduado em Administração, Especialista em Gestão da Produção, Mestre em Engenharia de Produção. Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro – SP. E-mail: rodrigojussi@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, existem três tipos de categorias para classificar as organizações. O primeiro setor é constituído pelas organizações governamentais, o segundo setor é formado por empresas privadas ou particulares, e as organizações do terceiro setor são constituídas por organizações sem fins lucrativos (associações, ONG'S e fundações) (DALL'AGNOL et al., 2017).

As entidades do terceiro setor são reconhecidas pelo seu objetivo principal que são as ações sociais ao contrario de ações econômicas (MAGALHÃES, 2012). Esse setor é de total importância para a população, pois oferece contribuições importantes, cobrindo os desprovidimentos deixados tanto pelo primeiro como pelo segundo setor (DALL'AGNOL et al., 2017).

A política de desenvolvimento social no Brasil tem necessitado de novos protagonistas uma vez que o Estado não dispõe de condições para executá-las. Desta forma, novas estruturas de trabalho que visem aumentar a parceria com esses setores, contribui para preencher e apoiar o estado no confronto dessas questões (OLIVEIRA, 2008).

O terceiro setor encara diariamente o desafio da sustentabilidade organizacional, pois dependem de recursos externos para se conservar que são provenientes do setor privado, do governo ou de pessoas parceiras (DALL'AGNOL et al., 2017).

Para se ter um bom ambiente sustentável é indispensável a captação de recursos, possibilitando a efetividade de suas políticas de ação social (ARMANI, 2008).

Menciona-se que a transparência das demonstrações contábeis e a prestação de contas são fatores indispensáveis na captação de recurso. Uma vez que os processos de transparência podem contribuir para o aumento da mobilização desses recursos e de contra partida a prestação de contas, objetiva demonstrar de forma clara de onde vem esses recursos e onde estão sendo aplicados, desta maneira, a prestação de contas passa a ser uma obrigação social e pública (CFC, 2008).

Apesar das organizações do terceiro setor ser entidades sem fins lucrativos, elas necessitam de organização contábil. Todos os benefícios adquiridos por ela pode se transformar em um problema quando a mesma não possui uma correta

administração contábil e financeira, sendo que isso pode afetar em futuras capitações de recursos (BLOEDOU; LIMA, 2008).

Com o fortalecimento desse setor e após alguns escândalos envolvendo o mesmo, a transparência na contabilidade passou a ser um dos requisitos para uma ONG obter a qualificação OSCIP (Qualificação de Sociedade de Interesse Público) (MARTINS et al, 2011).

A contabilidade no terceiro setor passou a ter grande importância, pois ela auxilia demonstrar para a sociedade e aos doadores o trabalho que realmente vem sendo desenvolvido pelas instituições (MARTINS et al, 2011).

“O aumento do volume dos recursos arrecadados pelas entidades do terceiro setor sem fins lucrativos é acompanhado por uma maior necessidade de transparência quanto a sua aplicação” (CAMPOS, 2003, p. 27).

Portanto, quanto mais transparente a mensuração do processo operacional da organização, mais confiável ela será vista, e mais recurso poderá ser arrecadado. Isso representa a fundamental importância da transparência na contabilidade de recursos que forem mobilizados pela ONG. (MARTINS et al, 2011).

Com base neste contexto, surge o seguinte questionamento: **Quais as principais falhas na elaboração de demonstrativos contábeis direcionado ao levantamento de verbas públicas?**

Sendo assim, o objetivo geral do estudo é verificar quais as principais falhas na elaboração de demonstrativos contábeis direcionados ao levantamento de verbas públicas, considerando o contexto contábil de Empresas que atuam no 3º Setor.

De forma específica, os objetivos foram assim estabelecidos:

- Levantar junto ao mercado ONGs que façam solicitação de recursos pela câmara municipal.
- Verificar com ao Órgão Público as principais falhas relacionadas com os demonstrativos elaborados;
- Levantar junto a ONG as principais causas que levam às falhas identificadas.

Com o passar dos anos as organizações do terceiro setor tem se tornado uma grande aliada da sociedade, pois ela surge com objetivo de cobrir as falhas deixadas pelo governo, sejam eles sociais, culturais, ambientais entre outros problemas detectados, trabalhando para garantir os direitos da população (CAZUMBA, 2017).

A contabilidade hoje é vista como uma importante ferramenta de apoio para a organização da entidade enquadrada no terceiro setor. A contabilidade viabiliza que “o investidor” avalie a destinação dos recursos empregados, uma vez que, com a ajuda da contabilidade para que as demonstrações contábeis e a prestação de contas sejam mais transparentes, a entidade será vista de forma positiva (MENDES, 2015).

Desta forma, o presente estudo se justifica por abordar o contexto da contabilidade em empresas do Terceiro Setor, contribuindo, assim, para com o contexto de captação de recursos das mesmas, representando, também, significativa contribuição social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terceiro setor

As organizações são constituídas em três esferas. Sabe-se que na primeira esfera encontra-se o governo responsável por questões sociais, na segunda esfera as empresas privadas que cuidam de interesses individuais e na terceira esfera estão as organizações sem fins lucrativos que tem por objetivo cobrir a carência do estado em questões sociais, sendo que esse setor também tem como característica a captação de recursos financeiros, seja ele de empresas privadas ou do estado, e utiliza-los em suas atividades, seja no âmbito social, cultural, recreativo dentre outros (MARTINS et al., 2011).

O terceiro setor é aquele que congrega as Organizações que embora prestem serviços públicos, produzem e comercializam bens e serviços, não são estatais, nem visem o lucro financeiro com os empreendimentos efetivados, e sim, visam o bem estar social (MARTINS et al., 2011).

As organizações do terceiro setor começaram a ter importância no cenário econômico partir de 1970, que serviria como serviço alternativo à crise do estado e do bem estar social (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

Maior destaque é atribuído a essas organizações partindo da ideia de que haja uma reorientação do papel do estado. Tais entidades têm como objetivo cobrir

as falhas deixadas pelo estado, seja em qualquer área relevante (ABDALA et al., 2015).

No Brasil, a partir de 1990, o terceiro setor passou a ter grande destaque na economia do país e, ainda que não se saiba ao certo ao que se deu esse crescimento no período, fica evidente que essas entidades têm maneiras diferentes de encarar questões sociais do país (PERONI; OLIVEIRA; FERNANDES, 2009).

É evidente que as entidades do terceiro setor começaram a se alicerçar a partir da década de 70 com o objetivo de cobrir as falhas que era deixada pelo estado e quais quer área relevante para a sociedade, dessa forma a mesma passa a ter como principal característica suprir as necessidades sócias, culturais, etc. da população, sem visar lucro pela prestação desses serviços.

2.2 Contabilidade gerencial

A contabilidade gerencial reúne mecanismos contábeis e financeiros que, de forma integrada que possibilita tornar concreta a informação contábil dentro da organização, aplicando os resultados para com os métodos de gestão (PANDOVEVE, 2012).

Essa parte da contabilidade é a técnica de identificação, análise, interpretação e comunicação de informações financeiras aplicadas pela administração para organização, controle e análise dentro da entidade, possibilitando, assim, a aplicação devida de seus recursos (MARQUES, 2011).

A extensão da contabilidade gerencial é grande, pois deve responder a carência de informações gerenciais. Dessa maneira, é necessário subsistemas contábeis para que seja possível a criação de um planejamento estratégico, de controle das operações, para acompanhar o preparação do processos de previsões e orçamentos, análise dos lucros, análise da estrutura de capital e rentabilidade, geração de caixa e no procedimento de avaliação da performance dos gestores internos (PANDOVEVE, 2012).

A contabilidade gerencial é tocante com a entrega de informações para os gestores, ou seja, aqueles que estão por dentro da entidade e são os encarregados pelo controle de suas operações. A mesma pode ser comparada com a

contabilidade financeira, que é contrastada com o fornecimento de informações para os futuros investidores e aos atuais acionistas da empresa (MARQUES, 2011).

Esse fragmento da ciência contábil é de total importância para qualquer organização. A contabilidade gerencial é voltada para os usuários internos em todos os níveis da administração que precisam de informação contábil na evolução de planejamentos, tomada de decisão e controle das operações (PANDOVEVE, 2012).

Com a carência de informação contábil que devem ser apresentadas aos administradores da empresa para o procedimento de planejamento, andamento e controle de suas atividades para verificação do desempenho, que é composta por diversos recursos da contabilidade gerencial através do sistema de informação contábil gerencial (PANDOVEVE, 2012).

O eixo teórico que consiste a contabilidade gerencial é o conceito da mensuração, decisão e decisão. À medida que a contabilidade financeira funda-se em regras estabelecidas pelas práticas contábeis geralmente aceitas, consequente dos princípios fundamentais da contabilidade é plenamente aberta a aderir outros conceitos econômicos e financeiros (PANDOVEVE, 2012).

Portanto a Contabilidade Gerencial não se atém a regras específicas; obedece a um único fundamento: toda informação contábil útil à administração deve ser gerada pelos subsistemas de informações de contabilidade Gerencial. (PANDOVEVE, 2012, p. 5.)

A contabilidade gerencial é uma parte da ciência contábil que engloba um aglomerado de informações essenciais para a administração que após perfazem as informações já existentes na contabilidade financeira (PANDOVEVE, 2012).

A contabilidade gerencial tem um papel de suma importância na tomada de decisão e no planejamento das atividades de qualquer organização, uma vez que a mesma é uma ferramenta que engloba os demonstrativos contábeis e financeiros da entidade de forma integralizada, tornando-os uma fonte de informação mais concreta, podendo assim aplicar os resultados aos métodos de gestão na entidade.

2.2.1 Demonstrativos contábeis

Com as movimentações que se realiza nas empresas, torna-se indispensável a utilização de ferramentas que garantam uma abordagem mais sucinta das

informações contábeis, de maneira mais resumida e simplificada, porém, que não deixem de demonstrar qualquer informação que seja julgada importante (AZZOLIN, 2012).

As demonstrações contábeis ou demonstrações financeiras, como são conhecidas, representam um agregado de informações que a administração da organização deve publicar anualmente em conjunto com a sua prestação de contas para acionistas, sócios e investidores (AZZOLIN, 2012).

Os dados encontrados nas demonstrações contábeis são retirados dos relatórios da contabilidade posterior ao registro de todos os documentos no sistema contábil da empresa em determinado período. Esses dados apresentam a situação patrimonial da empresa e pode contribuir no processo de tomada de decisão (AZZOLIN, 2012).

É de suma importância que essas informações sejam transmitidas em conformidade com a legislação vigente, com o acréscimo de informações sobre eventuais itens significativos permitindo maior transparência da gestão (AZZOLIN, 2012).

De acordo com a NBC 10.19 (Norma Brasileira de Contabilidade) as principais demonstrações contábeis para as entidades do terceiro setor ou sem fins lucrativos são o balanço patrimonial, as DSDE (Demonstrações do Superávit ou Déficit do Exercício, DMPLS (Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Social) e DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) (OLAK; NASCIMENTO, 2008)).

[...] as demonstrações contábeis que devem ser elaboradas pelas entidades sem finalidade de lucro são as determinadas pela NBC T 3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis, e a sua divulgação, pela NBC T 6 – Da divulgação das Demonstrações Contábeis (NBC, 2012)

As demonstrações contábeis são de total importância para as organizações, pois auxilia as mesmas em suas tomadas de decisões não é diferente quando se trata das instituições sem fins lucrativos onde, as mesmas, necessitam de maior transparência e qualidade em suas demonstrações para futuras captação de recursos tanto com as organizações do primeiro setor, quanto com outros investidores.

3 METODOLOGIA

O estudo em questão utilizou metodologia qualitativa e exploratória, mediante um estudo de campo.

As pesquisas que são realizadas pelo método qualitativo usufruem de sua facilidade para apresentar a complexidade de uma hipótese ou problema estabelecido, investigar a influência de certas variáveis, entender e habilitar os procedimentos aplicados e testados por um grupo específico e, a partir disso, pode determinar uma sequência de relação para o parecer final (OLIVEIRA, 2001).

O método exploratório tem como finalidade a caracterização de um possível problema para uma pesquisa mais característica ou mesmo que seja para a formulação de uma hipótese, mais adiante, o método pode ter outros tópicos, tais como, proporcionar que o pesquisador faça um levantamento de dados contingente, mais adiante na captação de informações a respeito de algum aspecto específico (OLIVEIRA, 2001).

O estudo de campo baseia-se na análise de fatos que acontecem naturalmente durante a captação de dados e no registro de variáveis possivelmente expressivas para futuras análises. Essa investigação não possibilita o isolamento e controle da variável aparentemente relevante, porém, concede o estabelecimento de uma associação constante entre condições estipuladas (variáveis autônomas e possíveis eventos; variáveis dependentes observadas e atestadas) (RUIZ, 2002).

A coleta de dados ocorreu mediante aplicação de questionários semiestruturados. Participaram da coleta o órgão público e o gestor da entidade enquadrada no terceiro setor, em primeiro momento o órgão público que é o responsável pela análise da estrutura contábil, a relevância da mesma para a sociedade e posteriormente pela criação da lei que autoriza o repasse da verba para empresa, em um segundo momento foi aplicado um questionário para o gestor da entidade, ela mesma que é responsável pela demonstração de seus balanços e orçamentos.

No questionário, o informante escreve ou responde por escrito, a um elenco de questões que foi cuidadosamente elaborada, podendo também ser aplicada de forma simultânea a um grande número de informantes, sendo que seu anonimato

pode representar outra vantagem muito bem classificada sobre a entrevista (RUIZ, 2002).

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A empresa campo do estudo atua no terceiro setor, possuindo dois colaboradores efetivos. A contabilidade da entidade é feita por uma empresa terceirizada. Para realizar a coleta de dados foi elaborado dois tipos de questionários, um deles entregue para o órgão público e o outro ao gestor atual da empresa.

4.1 Órgão Público

Mediante a aplicação do questionário, quando questionado sobre os principais demonstrativos analisados para posterior liberação de verba pública o gestor destacou que para primeiro contato o gestor da ONG deve realizar um pedido por escrito ao poder executivo representado no ato pelo prefeito, apresentando seu plano de trabalho e objetivo, após análise, se aprovado pelo prefeito o mesmo cria um projeto de lei e o envia ao poder legislativo, a lei passara pelo processo de aprovação, se aprovada a lei é sancionada, e a partir daí a entidade começa a receber a verba e a passa a ser examinada a cada período para que a mesma não perca o direito de captar a verba pública.

Quando questionado sobre as falhas mais encontradas nos demonstrativos contábeis das empresas do terceiro setor, o contador (representante do órgão público) argumentou que as falhas mais encontradas são: a classificação incorreta de receitas e despesas, a falta de conhecimento da legislação vigente para as entidades do terceiro setor e falta de coerência com o plano de trabalho apresentado.

Questionado sobre por quais motivos às falhas eram ocasionadas, o representante do órgão público relatou que, em sua opinião, são a falta de qualificação e experiência do funcionário na área em questão. Ficou evidente que é necessário que o funcionário possua uma qualificação adequada para o cargo.

Após ter apontado as principais falhas que são encontradas nos demonstrativos contábeis da empresa campo de pesquisa, questionou-se qual a falha que é observada com maior frequência. Verificou-se que a classificação incorreta de despesas representa a “falha” mais evidenciada nos demonstrativos.

Dentre as principais falhas apontadas, a que mais impacta no momento de liberação da verba pública é a falta de compatibilidade entre o plano de trabalho e a realidade. O gestor tem a responsabilidade de manter suas despesas reais coerente com o plano de trabalho para que o mesmo não seja questionado pelo poder executivo e, ao final do ano, não seja questionado também pelo TCU (Tribunal de Contas da União).

Com relação às ações que deveriam ser tomadas para solucionar ou prevenir o aparecimento das falhas relatadas, foi relatado que a capacitação dos profissionais antes de assumir as funções em empresas do terceiro setor representa o “ponto chave”.

4.2 Gestor da ONG

Após uma análise das respostas obtidas pelo questionário aplicado ao órgão público, foi feito um novo questionário para irmos mais a fundo da fonte dos erros que ocorrem para a captação de verba pública. Ao ser aplicado o questionário ao gestor da ONG, foi questionado se a ONG já havia passado por algum tipo de dificuldade relacionada a aspectos contábeis considerando o contexto de solicitação de verba pública, foi respondido que a ONG em questão já passou por dificuldades para a solicitação de verba pública uma vez que a fonte na qual vem a verba para a ONG (no caso a prefeitura municipal), também necessita de repasses e que na maioria das vezes esses repasses atrasam, o que pode ocasionar no atraso de liquidação de despesas e salário do funcionário, fazendo com que a entidade pague juros e multa sobre as despesas.

Sobre a falha apontada pelo representante do órgão público “classificação incorreta de receitas e despesas nos demonstrativos” foi questionado quais aspectos contribuem para a ocorrência da mesma e como pode ser evitada, foi respondido que a falta de conhecimento é o principal fator que influencia essa falha além de falta de atenção ao apresentar esses dados foi relatado que uma forma de ser

evitado é investir na capacitação do funcionário da ONG, para que esse erro não venha mais ocorrer.

Ao ser questionado sobre “a falta de conhecimento da legislação vigente para as entidades do terceiro setor” foi perguntado sobre os principais fatores que contribui para que isso ocorra e o que poderia ser feito para ser evitado, foi respondido que o principal fator é a falta e a dificuldade em acompanhar as mudanças da legislação, uma vez que as regras que regem o terceiro setor mudam frequentemente e que uma maneira de evitar seria ter um advogado para cuidar da jurisprudência da mesma, comentou ainda que já está tentando se adequar melhor a ONG sobre esse fator.

Quando questionado sobre “a falta de coerência com o plano de contas” foi questionado sobre os principais fatores que contribui para que isso aconteça e como esse erro poderia ser evitado, foi argumentada que o plano de contas é uma previsão, uma tentativa de simular o que deve acontecer naquele ano pensado, portanto o plano de contas é feito em cima dos acontecidos do ano passado, então o gestor acredita que o fator que mais atrapalha para a ocorrência desse erro é o fator econômico, uma vez que a não tem como prever como será a economia de um ano para outro, uma maneira de se evitar esse problema é realizar o plano de contas aumentando os valores estimados em relação ao plano de contas do ano anterior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo abordou a análise das principais falhas em demonstrativos contábeis em empresas enquadradas no terceiro setor e as causas pela qual isso ocorre.

Após um levantamento junto ao Contador (representante do órgão público) sobre as principais falhas nos demonstrativos contábeis apresentados pela entidade enquadrada no terceiro setor, questionou-se o Gestor da ONG campo de estudo sobre as possíveis causas que contribuem para a falha em questão.

Segundo o contador, a primeira falha apontada (Quadro 1) foi “a classificação incorreta de receitas e despesas nos demonstrativos”. Neste caso, o gestor da ONG argumentou que a falta de qualificação e atenção de seus funcionários são os

principais fatores para que essa falha ocorra, argumentando que um investimento na qualificação de seus funcionários seria uma maneira de evitar esse tipo de erro.

Outra falha apontada pelo contador (Quadro 1) foi “a falta de conhecimento da legislação vigente para as entidades do terceiro setor”. Segundo o gestor, o principal fator que contribui para tal falha é a dificuldade em acompanhar a legislação vigente para o terceiro setor, sendo uma forma de sanar essa falha seria a contratação de um profissional na área do direito para acompanhar a jurisprudência na qual rege o terceiro setor.

Outro ponto destacado pelo contador foi “a falta de coerência com o plano de contas” (Quadro 1). Segundo o gestor o principal fator para que essa falha ocorra é o econômico, uma vez que não há como prever como será a economia de um ano para o outro. Como solução apontada, está a projeção de contas com um valor maior do que foi gasto no ano anterior.

Quadro 1: Síntese das falhas e causas na captação de recursos - contador X gestor

Principais falhas na captação do recurso público segundo Contador.	Principais causas que influenciam para que ocorram as eventuais falhas segundo o Gestor.	Possíveis soluções para evitar as falhas evidenciadas segundo o Gestor.
A classificação incorreta de receitas e despesas nos demonstrativos.	Falta de qualificação e atenção dos funcionários.	Investimento na qualificação dos funcionários.
A falta de conhecimento da legislação vigente para as entidades do terceiro setor.	Dificuldade em acompanhar a legislação vigente para o terceiro setor	Contratação de um profissional na área do direito.
A falta de coerência com o plano de contas.	Fator econômico.	Projetar um plano de contas em um valor maior ao que foi gasto no ano anterior.

Fonte: Elaboração própria

Por fim, o estudo limitou-se a abordar apenas uma entidade sem fins lucrativos. Outros estudos sobre a temática de captação de recursos públicos que envolvam uma amostragem maior de entidades são de grande importância para a evolução dos resultados até então evidenciados.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Deborah Oliveira Santos; ASSIS, Lilian Bamber de; GONÇALVES, Carlos Alberto, ABDALA, Ricardo Almeida. **Parcerias entre o estado e organizações do terceiro setor: perspectiva e desafios em dois hospitais de Belo Horizonte e Brasília**. 2015. Disponível em: <<http://www.apgs.ufv.br>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

ARMANI, Domingues. **Mobilizar para transformar: a mobilização de recursos nas organizações da sociedade civil**. São Paulo: Peirópolis, 2008.

AZZOLIN, Jose Laudelino. **Análise das demonstrações contábeis**. Curitiba, PR: IESDE, Brasil, 2012.

BLOEDAU, Alexandre Von, LIMA, Laerte Magalhães, Importância da contabilidade para o terceiro setor. **Revista das ONGs**, São Paulo, n. 21, fev. 2008. Disponível em: <http://www.revistadasongs.com.br/como_montar_ong.php?ed=27>. Acesso em: 15 fev. 2018.

CAMPOS, Gabriel Moreira. **A realidade contábil-gerencial de uma organização do terceiro setor: o caso da Fundação Otacilio Coser**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE CUSTUS, 9., 2005, Florianópolis.

CAZUMBA, Nailton. **A importância da contabilidade para as organizações do terceiro setor**. 2017. Disponível em: <<http://www.norteamazonia.org/single-post/2017/11/28/A-import%C3%A2ncia-da-contabilidade-para-as-Organiza%C3%A7%C3%B5es-do-Terceiro-Setor>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. Brasília, 2008.

DALL'AGNOL, Camila Fortuna; TONDOLO, Rosana da Rosa Portella; TONDOLO, Vilmar Antonio Gonçalves; SARQUIS, Aléssio Bessa. Transparência e prestação de contas na mobilização de recursos no terceiro setor: um estudo de casos múltiplo realizados no sul do Brasil. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 13, n. 2, p. 187-203, abr./jun, 2017. Disponível em: <www.furb.br/universocontabil>. Acesso em: 10 ago. 2017.

MAGALHÃES, Rafael Andrade. **Terceiro setor e a fiscalização do tribunal de contas**. 2012 Monografia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/ecp/sites/default/files/rafael_andrade_magalhaes.pdf>. Acesso em: 18 set. 2017.

MARQUES, Luiz . **Contabilidade gerencial: a necessidade das empresas**. 3. ed. Curitiba: Editora autores paranaenses, 2011. cap 1, p. 11-22

MARTINS, Pablo Luiz; NERY, Karen Pereira; BORGES, Katia; SOUZA, Mariany Esposito; BORGES, Rodrigo de Oliveira. **Contabilidade do terceiro setor: o caso de Anália Franco**. 2011. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/6014267.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

MENDES, Luiz Carlos Abreu. Estado e Terceiro Setor: uma análise de aproximação. **Revista do Serviço Público**, v. 50, n.3, p. 72-91, 1999. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35964/estado-e-terceiro-setor-uma-analise-de-aproximacao/i/pt-br>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE. **NBC 10.19: Entidades sem fins de lucros**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo Do. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (terceiro setor)**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratamento de metodologia científica: projeto de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**: São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

OLIVEIRA, Wisllayne Ivellyze. **Políticas públicas de terceiro setor: escolas, ONGs e empresas: atuações na região de Campinas**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2012. cap. 1, p. 5-20.

PERONI, Vera Maria Vidal; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari De; FERNANDES, Maria Dilnéia Espindola. Estado e terceiro setor: as novas regulações entre o público e o privado na gestão da educação básica brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 761-778, 2009.

RUIZ, João Alvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.